

Centro Histórico do Porto numa encruzilhada: *fachadismo* ou recuperação autêntica?

Inscrito como Património Mundial da Humanidade desde 1996, o Centro Histórico do Porto constitui, segundo a UNESCO, um exemplo excepcional de tecido urbano autêntico e íntegro, nomeadamente no que respeita à sua localização, forma e estrutura.

O Centro do Porto sobreviveu a décadas de abandono que nem o título de Património Mundial gorou evitar. Primeiro, graças a arquitectos visionários como Fernando Távora, foi poupado à fúria *higienizante* que tantos núcleos medievais destruiu na Europa. Depois, com a explosão imobiliária da década de 80 até à crise de 2008, foi também poupado aos desmandos urbanísticos que se concentraram em terrenos virgens dos municípios periféricos da Área Metropolitana do Porto. Sobreviveu ainda, com mazelas, a intervenções desastrosas durante o Porto Capital Europeia da Cultura e construção do Metro do Porto, tais como as que afectaram o Jardim da Cordoaria e a Avenida dos Aliados.

Décadas de abandono deixaram, porém, marcas profundas no edificado do centro histórico. O esvaziamento populacional, conjugado com uma lei das rendas que funcionava ao arrepio das mais elementares leis do mercado, votou à degradação centenas ou milhares de edifícios. Em vários casos as perdas foram irrecuperáveis; em muitos outros, talvez a maioria, há fachadas e interiores com potencial de reabilitação.

Foi já mais recentemente, desde meados da segunda década deste século, que a *invicta* conheceu uma explosão turística associada à visibilidade conferida pelo sinal “Património da Humanidade” e à proximidade do aeroporto face ao centro da cidade, cada vez mais bem servido por voos de baixo custo. Simultaneamente, a política monetária expansiva seguida pelo Banco Central Europeu em consequência da crise económica quebrou o ciclo de desalavancagem e injectou enormes quantidades de dinheiro na economia. Apoiados nesta dinâmica fortíssima, proprietários e investidores – também graças à Sociedade Reabilitação Urbana – lançaram-se rapidamente na recuperação de edifícios com vista à sua venda a preços mais elevados ou à captação de rendas através da transformação daqueles em alojamentos locais. Ruas inteiras passaram a ser apetecíveis, sendo a de Mouzinho da Silveira e das Flores provavelmente os exemplos mais evidentes.

Lamentavelmente, pese embora um cenário de fundo positivo, o que podia ser uma oportunidade única de recuperar o Centro Histórico do Porto respeitando os princípios das Carta de Veneza de 1964 – ou, se quisermos declarações mais actuais, da Carta de Cracóvia de 2000 e da Carta de Faro de 2005 – está a ser em certa medida enjeitada. Nesta época em que a liquidez abunda, em que o turismo está em alta e em que parece ter nascido alguma consideração pela arquitectura portuguesa, seria de esperar que a Câmara Municipal do Porto fosse exigente com promotores imobiliários de modo a garantir a protecção do tecido urbano histórico da cidade – evitando assim uma adulteração avulsa e, agora sim, provavelmente irreversível.

O que verificamos é que a administração pública tem privilegiado uma política de *fachadismo* onde quarteirões inteiros são demolidos em pleno centro histórico, comprometendo irremediavelmente um valor excecional que o Estado Português se comprometeu a salvaguardar. Acresce que não têm sido tomadas medidas para estancar a perda populacional do centro e evitar o processo de gentrificação e o de *turistificação* que lhe parece associado: ambos têm vindo a acentuar-se a um ritmo acelerado. Estabelecimentos memoráveis, alguns até classificados como “lojas históricas” também não são poupados: veja-se o fecho da

Drogaria Louzada, da Adega d’Olho, da Papelaria Araújo e Sobrinho, ou do Restaurante “A Regaleira.”

Trata-se da substituição de um tecido urbano com potencial para ser rico e autêntico por uma urbe simpática e bonita na aparência, mas banal e pobre na sua essência. Câmara e Governo não entendem, ou preferem não compreender, que as forças do mercado se focalizam em interesses de curto prazo; e que estas forças, quando reorientadas de uma forma equilibrada e inteligente para objectivos de longo prazo, se podem tornar num aliado inestimável na recuperação do Centro Histórico tal como todos desejamos.

Não são apenas os signatários que partilham desta opinião: o ICOMOS, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (organização não governamental global que aconselha a UNESCO), publicou em Fevereiro de 2018 uma avaliação sobre a conservação do Centro Histórico do Porto que é esmagadoramente crítica para gestão urbanística do sítio. Abunda uma linguagem assertiva que não deixa lugar a segundas interpretações. Em quase todos os exemplos apontados figuram expressões como “desrespeito pela legislação nacional” e “desrespeito pela Convenção para a Protecção do Património Mundial.”

Entre os exemplos enunciados pelo ICOMOS destacamos: (a) as demolições massivas no quarteirão do Palácio das Cardosas; (b) a demolição do interior do edifício do café Luso, na Praça Carlos Alberto; (c) a demolição do interior do edifício d’a Brasileira; (d) a demolição do antigo edifício do BPI na rua do Bonjardim 57; (e) a demolição do interior da Pensão Monumental; (f) a demolição do interior do edifício “Seguros Garantia / AXA”; e (g) a demolição dos interiores do quarteirão da “Casa Forte” e de dois edifícios dos séc. XVII e XVIII. Vários outros exemplos poderiam, infelizmente, ser apontados.

Os signatários perguntam-se o que se pretende atingir com intervenções tão agressivas quanto injustificáveis. Efectivamente, técnicas modernas de reabilitação do edificado aplicadas comumente na Europa são capazes de adaptar alojamentos históricos às necessidades das famílias contemporâneas, ao aproveitar – para além das fachadas – elementos arquitectónicos e estruturais significativos dos interiores. Reabilitar não é o mesmo que reconstruir ou renovar. Reabilitação urbana pode passar por novas construções, mas nunca enquanto reconstrução de edifícios pré-existentes, mesmo que com manutenção da fachada.

Considerando os signatários que tais intervenções não poderão repetir-se e que face à violência da crítica do ICOMOS pode estar em causa não apenas o que é nosso, mas ainda o que foi considerado Património da Humanidade, dirigem-se:

- Ao Presidente da Câmara Municipal do Porto e à Directora-Geral do Património Cultural, para que restabelecem imediatamente uma Zona Especial de Protecção em redor da área considerada Património Mundial, já que a anteriormente existente perdeu efeito legal em 2010. Mais exigem a elaboração de um plano de salvaguarda detalhado do sítio, o qual é obrigatório ao abrigo da Convenção para a Protecção do Património Mundial. Por fim, exigem ainda que, no quadro das normas vigentes, instituem um nível de protecção muito mais elevado ao edificado do que aquele que se tem vindo a verificar, rejeitando convictamente a política de *fachadismo* e obrigando promotores imobiliários a salvaguardar elementos arquitectónicos e estruturais relevantes dos interiores;
- À Assembleia da República, para que, através da revisão da legislação em vigor – inclusivamente da Lei nº 107/2001 – os princípios fundamentais dessas Leis não sejam

adulterados pela prática urbanística; ou seja, para que situações que deviam ser excepcionais, tais como demolições integrais e de interiores, não se banalizem;

- A sua Ex^ª. a Sra. Procuradora Geral da República, para que verifique se, pelo menos nos casos acima elencados, se desrespeitaram as leis da República e o Plano Director Municipal do Porto; e que, verificando-se que sim, se acusem e julguem os mais altos cargos da administração pública e do Governo, a nível local ou nacional, responsabilizáveis.

Os signatários acreditam que as actuais dinâmicas turísticas e económicas representam um enorme potencial que merece ser aproveitado para a recriação de um centro com vida, cultura e património. Não desperdicemos esta incrível oportunidade que a história nos oferece pondo em causa o futuro em nome do enriquecimento de alguns no curto prazo.